

# Sarney prefere presidencialismo com cinco anos

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney reagiu à proposta de adoção gradual do parlamentarismo, com manutenção do mandato de seis anos, insistindo em obter apoio da maioria da Constituinte para a preservação do presidencialismo e a fixação do mandato em cinco anos. A informação é do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que levou a Sarney a proposta que recebeu no sábado dos representantes do grupo parlamentarista. A emenda que institui o sistema parlamentarista no último ano do Governo Sarney — 1990 — sequer surpreendeu o Presidente.

— Era mais ou menos esperada uma proposta desse tipo — disse.

Logo depois do desfile comemorativo do Dia da Independência, Costa Couto deu uma longa entrevista, mas dedicou a maior parte do tempo a elogiar as conversações dos parlamentaristas com o Governo.

— Há uma marcha em pleno curso, os canais estão abertos e é assim que se resolvem as diferenças de pontos de vista — disse o Ministro, que considera esta semana decisiva para os entendimentos.

Acenando aos parlamentaristas apenas com a possibilidade de continuar as conversas, Costa Couto lembrou que o Governo permanece fiel à constatação de que a maioria dos brasileiros é presidencialista.

As contas dos presidencialistas na Constituinte sobre o provável resultado da votação na Comissão de Sistematização ainda não oferecem se-



Costa Couto transmite a resposta

gurança a qualquer corrente, na avaliação do Ministro.

— Mas por certo vamos chegar a um consenso — enfatizou.

O acordo foi defendido ontem também pelo Ministro da Administração, Aluizio Alves, que aceita o parlamentarismo clássico apenas em 1990, como prevê a emenda do Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Sua única ressalva é se o Presidente estaria disposto a ficar no cargo um ano a mais do que julga oportuno. Em seis anos, julga o Ministro, seria possível mudar o sistema do governo de forma gradual, sem entrar em choque com a tradição presidencialista do País.

O Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), disse que só ficou sabendo da emenda dos parlamentaristas pelos jornais. Garantiu que a negociação sobre o sistema de governo será aberta apenas hoje. O Líder está alheio à busca de entendimento entre os parlamentaristas e o Presidente por intermédio do Chefe do Gabinete Civil.

Para Sant'Anna, as negociações ficaram mais difíceis depois que o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), "radicalizou", optando em seu substitutivo por uma solução "inadequada e inoportuna", que foi o "modelo alemão de parlamentarismo puro". Se Cabral insistir nesta fórmula ao apresentar seu segundo substitutivo, disse o Líder, a solução será partir para o confronto, com uma proposta de "presidencialismo moderno, com o Congresso forte".

O Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, também continua insistindo no presidencialismo, "o regime que satisfaz às exigências da estrutura brasileira". Teixeira não se arriscou a fazer uma previsão, alegando que "os ânimos ainda estão um pouco quentes". Disse que está certo, porém, de que "o bom senso vai chegar aos constituintes", que respeitarão a tendência da opinião pública, revelada em pesquisas, a favor do presidencialismo. Para Teixeira, o povo quer eleições diretas, o que seria, em parte, frustrado pelo parlamentarismo. Ele também não acredita em fórmulas mistas.

## Aliança pede a Arinos que vote sistema primeiro

BRASÍLIA — O comando da Aliança Democrática está diante de um novo desafio desde domingo: convencer o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), a dar prioridade à votação do sistema de governo.

Reunido anteontem com líderes do PMDB e relatores adjuntos do Relator da Comissão, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), na residência do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, Arinos repeliu a sugestão de prioridade, que lhe foi apresentada pela cúpula da Aliança.

Ao argumento de que a definição do sistema de governo seria fundamental para definir outros dispositivos da futura Carta, respondeu com a defesa da "seqüência gráfica" na ordem de votação. Disse que deseja promover a votação segundo a ordem dos capítulos do substitutivo de Cabral.

Ontem, Ulysses voltou a insistir na conveniência de que a Comissão vote primeiro o sistema de governo.

— E prudente que se defina o sistema de governo em caráter prioritário — defendeu Ulysses, sustentando posição de consenso a que chegou a direção da Aliança dez dias atrás, reunida no gabinete do Presidente do PFL, Senador Marco Maciel.

## Pesquisa não garante maioria para a mudança

PORTO ALEGRE — Os deputados federais do PMDB preferem o sistema parlamentarista de Governo, revelou o Vice-Líder Ibsen Pinheiro, citando os resultados da pesquisa realizada na semana passada. Entretanto, Pinheiro acha que as respostas, mesmo apontando para o parlamentarismo, não oferecem ao Partido segurança para uma disputa em plenário, com base no voto individual dos constituintes.

A informação do Deputado gaúcho não desmente pesquisa feita pelo Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, segundo a qual a tendência parlamentarista na bancada do Partido seria de dois votos contra um.

— A pesquisa que está sendo feita pela Liderança da Câmara não encontrou uma margem tão folgada como a que foi evidenciada naquela feita pela Comissão de Sistematização — disse Ibsen Pinheiro.

Até porque, explicou o Deputado, o Governo poderá pressionar, invertendo a situação.

Ele entende que não ficaria bem uma situação de vitória ou derrota dentro do Partido. Por isso, propõe que se negocie uma forma de sistema de Governo em que o Parlamento e a figura do Presidente da República sejam fortalecidos.

## Cafeteira teme o parlamentarismo sem apoio militar

SÃO LUÍS — O Governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, advertiu ontem que a tentativa de adotar o sistema parlamentarista no País "sem o apoio militar pode representar um risco para a transição democrática que está sendo conduzida com tranquilidade pelo Presidente José Sarney".

— Vejo o quadro político com certa preocupação, pois os militares já deram o alerta. Os parlamentaristas devem levar em conta que esse tipo de sistema só funciona se houver apoio militar, em razão de o Primeiro-Ministro não ser eleito diretamente pelo povo — disse.

— Em consequência da situação política do País — prosseguiu o Governador —, podemos contar que caminhamos para um choque no momento em que a Constituinte, que não foi eleita para mudar o sistema, pretender implantar o parlamentarismo sem o apoio militar e também da população, que não foi consultada a respeito.

Ele acredita que a saída é a manutenção do presidencialismo, com fortalecimento dos Poderes Legislativo e Judiciário.

— Acho que há o risco de endurecimento por parte dos militares, pois é difícil saber se existe gasolina no tanque se não for lançada a chama.

## Chiarelli defende hoje sua emenda parlamentarista junto a militares

PORTO ALEGRE — O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, apresentou sábado, poucas horas antes de encerrar-se o prazo, emenda parlamentarista ao substitutivo Bernardo Cabral, com 62 artigos sobre os três Poderes e o papel das Forças Armadas. Hoje, ele estará fazendo uma palestra sobre a proposta na Escola Superior de Estado Maior da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, quando participará de debate sobre sistema de governo com o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique, e o Senador José Richa.

Chiarelli defende, como outros constituintes, um mandato de seis anos para o Presidente Sarney, depois dos quais seria eleito diretamente o futuro Presidente, segundo a emenda, o último a ser escolhido pelo voto direto. De acordo com sua proposta, 90 dias depois de pro-

mulgada a nova Constituição deverá haver um plebiscito para manter ou dissolver o Parlamento.

O sistema eleitoral também é preocupação do Líder do PFL, que estende, na sua emenda, o parlamentarismo aos Estados através de um sistema distrital misto. Metade das duas Casas Legislativas — a Câmara dos Deputados e a respectiva Assembleia Legislativa — seria eleita pelo voto distrital majoritário e a outra através de listas partidárias. Chiarelli explicou que defende o parlamentarismo puro, segundo o sistema italiano, em que o Presidente da República é eleito pelo Congresso Nacional.

— Não concordamos — disse — com casuísmos que propõem sistemas híbridos. Essa situação inevitavelmente levará ao conflito e nós

buscamos o consenso da Nação.

Segundo a emenda, o Presidente Sarney, em março de 1991, entregará o Governo ao Primeiro-Ministro, depois de ter havido no País um processo de eleições gerais.

Para o Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, a discussão sobre parlamentarismo ou presidencialismo como a forma de governo não tem possibilidade de se caracterizar como um confronto. Parlamentarista convicto, ele acha que "o confronto só haveria se a questão fosse ideológica, o que não é".

— O presidencialismo — diz ele — reúne na sua defesa o Presidente Sarney, Leonel Brizola, Ulysses Guimarães, Luiz Inácio Lula da Silva, Miguel Arraes, Aureliano Chaves e Marcos Maciel. Sendo assim, esta é uma questão de formação de consciência cívica.

## Fogaça não quer debate do sistema ligado a mandato

PORTO ALEGRE — O Vice-Líder do PMDB no Senado José Fogaça (RS) insistiu ontem que a negociação sobre o sistema de governo não seja condicionada ao mandato do Presidente José Sarney, como informou o Ministro Chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto. Para Fogaça, associar o mandato do Presidente ao sistema de Governo é "fazer comércio do obtuso, ou trocar o permanente pelo circunstancial".

— Isto significa simplesmente abrir mão do interesse das futuras gerações em troca do interesse imediato do grupo que está no poder.

Ele também lembrou que esse tipo de negociação poderá tornar inviável o parlamentarismo, pois muitos Deputados do PMDB que apoiam este sistema de governo não aceitam o mandato de quatro anos para o Presidente Sarney.

## Para General, povo espera que Carta fique pronta logo

PORTO ALEGRE — "Todo o povo brasileiro tem a esperança de que a nova Carta seja aprovada o mais breve possível", disse ontem, após o desfile da Semana da Pátria, o Comandante Militar do Sul, General Edson Boscacci Guedes. Ele explicou assim a declaração que fizera anteriormente, em que considerara a Constituinte "um passo que poderia ser apressado". Mas ressaltou, em seu segundo pronunciamento, que não pretende que se diminua "o tempo para os trabalhos, o que poderia ser até perigoso".

— Os constituintes devem ter tranquilidade e calma, porque um trabalho apressado não é tão bom quanto um feito com cuidado — disse.

A sua primeira declaração foi feita no programa "Bom Dia Rio Grande", da RBS TV, pela manhã, focalizando várias questões da Constituinte. So-

bre o papel das Forças Armadas, ele afirmou que "deve permanecer o mesmo previsto na primeira Constituição após a República Federativa". E explicou, após o desfile:

— Trata-se do papel de defesa externa e interna, da manutenção da lei, da ordem e dos poderes constituídos. Isso deve permanecer porque até hoje deu tudo certo.

A seu ver, "não houve pressão do Ministro Leonidas Pires Gonçalves em seu pronunciamento sobre a Constituinte, mas se os parlamentares estão recebendo sugestões de todos os brasileiros e organizações, as Forças Armadas também estão apresentando as suas sugestões".

Quanto à anistia aos militares punidos, afirmou o General Boscacci Guedes que "aquilo que se podia dar já chegou ao nível máximo do que poderia acontecer".

## Quércia apóia emenda com prazo para a reforma administrativa

SÃO PAULO — Emenda propondo critérios para que os Governos estaduais possam executar ampla reforma administrativa no prazo de um ano foi apresentada à Comissão de Sistematização da Constituinte pelo Deputado Michel Temer (PMDB-SP), a pedido dos governadores que participaram da reunião de sexta-feira em Florianópolis.

A informação é do Governador de São Paulo, Orestes Quércia, que ontem assistiu às quatro horas de desfile na Avenida Tiradentes, em comemoração ao Dia da Independência.

Segundo ele, a reforma administrativa nos Estados é fundamental para o futuro do País. Quércia elogiou a proposta do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, de negociação da dívida externa do Brasil, ressaltando que ela conta com o apoio do Governo do Estado de São Paulo.

— Precisamos dar apoio a uma



Jânio e Quércia conversam no palanque do desfile

proposta que é honesta e justa, uma vez que hoje as dívidas do Brasil são oferecidas com 50 por cento de desconto no mercado internacional. Isso significa que esse é o mercado do crédito brasileiro. Não acho desmerecimento nenhum o Ministro propor um desconto para podermos pagar a dívida externa de maneira mais justa — afirmou o Governador, para quem são normais as primeiras reações dos bancos credores anunciando que não receberiam bem a proposta.

Com relação à definição do papel das Forças Armadas na nova Constituição, ele disse que entre as suas tarefas deve estar a de garantir a segurança interna. Entende que em casos de divergências entre os Estados, como já ocorreu na história política do País, é necessária a presença das Forças Armadas "para estabelecer os critérios de ordem interna".

O Governador voltou a defender a manutenção do sistema presidencialista, afirmando que o "parlamentarismo é um erro, pois seria uma porta aberta para o retrocesso político". Não obstante, disse ter recebido informações do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, indicando uma tendência em favor do parlamentarismo. E completou:

— Não creio que seja possível termos um regime parlamentarista em condições de fazer com que o País vá para a frente. Acho que o ideal é o presidencialismo. Se o Congresso, efetivamente, definir-se pelo parlamentarismo, vamos ter de fazer o máximo para que esse regime também consiga superar os problemas do Brasil.

Quércia comentou ainda o anúncio de que o Brasil domina a tecnologia para enriquecimento de urânio. Manifestou-se contrário à fabricação da bomba atômica, apoiando, entretanto, a pesquisa nuclear para fins pacíficos.